

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/20282	26638/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Reclamação apresentada pela entidade «Distância Equivalente, Lda.» pelo indeferimento do pedido de isenção do pagamento de taxas municipais e outras receitas municipais referente ao processo 2314/2025 (fatura n.º 25.017/1282)

Face às razões de facto e de direito melhor expendidas no parecer jurídico anexo, somos de parecer que os argumentos vertidos na reclamação graciosa apresentada pela entidade Distância Equivalente, Lda. não poderão colher provimento, devendo, s.m.o., ser **indeferida** a presente reclamação.

Portanto, uma vez praticado pela Câmara Municipal de Braga o ato de indeferimento do pedido de isenção do pagamento de taxas municipais de ocupação da via pública, **propõe-se que a reclamação apresentada pela entidade Distância Equivalente, Lda. seja submetida a deliberação do Executivo Municipal, no intuito de ser deliberado o seu indeferimento, ao abrigo dos artigos H-1/17.º, n.º 1, alínea iii) e H-1/18.º, n.º 1 do CRMB, conjugado com o artigo H-1/34.º, n.º 2, do mesmo diploma legal.**

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

PARECER JURÍDICO

Data: 30/06/2025

Nº Processo: 11210/2025

Assunto: Pedido de Isenção de taxas e outras receitas Municipais - Isenção de taxas e outras receitas municipais referente ao processo 2314/2025, fatura n.º 25.017/1282

I. QUESTÃO JURÍDICA

Em 06/06/2025, a entidade requerente, Distância Equivalente, Lda., apresentou reclamação graciosa do ato de liquidação de taxas municipais da emissão do Alvará de Licenciamento de Ocupação da Via Pública n.º 2025-0114 de 27 de fevereiro de 2025, no valor de €7.737,21 (sete mil e setecentos e trinta e sete euros e vinte e um cêntimos).

O processo foi remetido à DAAJ para apreciação da reclamação apresentada e emissão de parecer jurídico.

II. ANTECEDENTES PROCESSUAIS

1. No âmbito do processo n.º 01/2018/518, a requerente é titular do Alvará de licença de obras de reconstrução e ampliação n.º 600/2023, emitido em 07/12/2023, com o prazo de dezoito (18) meses, do prédio sito na Rua do Anjo - 59 a 65, da União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto).
2. Em 06/03/2024, para realização desta operação urbanística foi emitido o Alvará de licença de Ocupação de Via Pública (OVP) n.º 103/2024, com validade de um (1) mês.
3. Na sequência do requerimento n.º 2025-E-RE-1039, de 16/01/2025 a entidade requerente solicita a emissão de nova licença de OVP pelo prazo de dezoito (18) meses.
4. Com base na informação técnica da DGOEP do dia 17/02/2025, foi deferida o pedido de emissão de licença de OVP e emitido o Alvará de licença de OVP n.º 2025-0114, em 27/02/2025, com validade de dezoito (18) meses.

5. Através do requerimento n.º 2025-E-RE-4664 de 26/02/2025, a requerente solicita a isenção do pagamento de taxas de OVP subjacentes ao alvará que antecede, ao abrigo do previsto no artigo H-1/17.º, n.º 1, alínea iii) do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).
6. A Divisão de Controlo da Receita analisou o presente pedido, indicando na informação n.º 2025-5959 de 13/03/2025 o seguinte:

Nuno Miguel Vionito Capela (1/1)
Chefe de Divisão de Controlo da Receita
CHC/Divisão de Controlo da Receita
NÚM. 87025-80289-012924867718464011

BRAGA

Assunto: Isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras (Artigos H-1/16º e H-1/17.º)

1 - Dados do pedido:

Requerente:	Distância Equivalente, Lda.
NIF:	514558660
N.º registo:	11210/2025 [Pedido de isenção de taxas]
Referência 1	2314/2025
Referência 1.1	Fatura n.º 25.017/1282
Tipo de facto:	Ocupação de espaço público para execução de operações urbanísticas

2 - Apuramento dos cálculos das taxas:

Taxas				
Descrição	Quant.	Meses	Valor unitário	Total
Facto: Execução de trabalhos no espaço público, por cada período de 30 dias	1	18	17,15	308,70 €
Facto - Ocupação com tapumes, resguardos e outros por cada período de 30 dias, fração e por m2	1.655,10		2,70	4.468,77 €
Facto - Andaimes, por cada período de 30 dias ou fração e por metro linear	1.096,20		2,70	2.959,74 €
Total				7.737,21 €

3 - Informação da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação da Receita

a) O requerente solicita isenção de taxas. ao abrigo do artigo B-3/4.º do Código Regulamentar do Município de Braga, relativas à emissão da licença de Ocupação de Pública (O.V.P), pelo prazo de dezoito (18) meses no prédio, sito na Rua do Anjo, n.ºs 59 e 65 e Rua dos Falcões, à qual está associada o **Alvará de construção n.º 600/2023, emitido em 07/12/2023, com o prazo de 18 meses.**

b) Para esta operação urbanística foi emitido o Alvará de licença de Ocupação de Via Pública n.º 103/2024, pelo prazo de 1 mês (Entrada n.º 6963 de 31/01/2024).

c) As isenção prevista **na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB** só pode ser concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Assim, apesar do pedido se encontrar instruído de acordo com o definido no CRMB e dos procedimentos internos em vigor para efeitos de isenções de taxas, **propõe-se o indeferimento** do pedido de isenção de taxas por não se enquadrar na isenção prevista na **alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB.**

INFORMAÇÃO
Número: 2025-5959 Data: 13/03/2025

Ass: TMP-GDU/2025GPW/7FT7WZLSP
Assinado eletronicamente na Plataforma eSPública Gestiona | Página 1/2

7. A informação que antecede foi submetida para apreciação e votação pelo Executivo Municipal, em reunião ordinária realizada em 28/03/2025, deliberando o seguinte:

Indeferir o pedido de isenção/redução de taxas e outras receitas municipais,

registado sob o N.º RE-4664 de 26/02/2025, no valor de 7737,21 €, o pedido de isenção de taxas não se enquadra na isenção prevista na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB, pois esta isenção só pode ser concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável. sendo que para esta operação urbanística já foi emitido o Alvará de licença de Ocupação de Via Pública n.º 103/2024.

8. Posto isto, mediante o ofício n.º 11210, datado de 02/06/2025, a entidade requerente foi notificada do indeferimento do pedido de isenção das taxas municipais de OVP, devendo proceder ao pagamento da fatura n.º 25.017/1282, no valor de €7737,21 (sete mil e setecentos e trinta e sete euros e vinte e um cêntimos), até ao dia 23/06/2025.
9. Por último, a entidade interessada apresentou reclamação graciosa do ato de liquidação das taxas municipais de OVP, relativas ao Alvará de licença de OVP n.º 2025-0114 – Cfr. Requerimento n.º 2025-E-RE-12790 de 06/06/2025.

III. FUNDAMENTOS DA RECLAMAÇÃO GRACIOSA

Na reclamação graciosa apresentada, a interessada devolve a fatura rececionada pelos termos e fundamentos seguintes:

Ponto 1. O Alvará de licença de Ocupação de Via Pública n.º 103/2024 (mencionado no VI ofício), com validade de apenas 15 dias, foi emitido em 06 de Março de 2024 e pago pela guia n.º 24.017/7593 (conforme documentos em anexo – Alvará e respetiva fatura).

Ponto 2. O Alvará de licença de Ocupação de Via Pública n.º 2025-0114, emitido em 27 de Fevereiro de 2025, válido por 18 meses, foi alvo de um pedido de isenção registo n.º RE-4664 de 26/02/2025, no valor de 7737,21 €.

Ponto 3. O requerente é da opinião que o pedido de isenção apresentado se enquadra na isenção prevista na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do CRMB, uma vez que o prazo concedido não é superior a 18 meses.

Ponto 4. O requerente é, ainda, da opinião que a isenção de pagamento de taxas deve ser concedida, de acordo com o ponto n.º 2 do Art.º H-1/17.º do CRMB, uma vez que o requerente não usufruiu, nenhuma vez, desse direito. Reafirma-se que, nesta operação urbanística e no que diz respeito à ocupação do espaço público é a primeira vez que o requerente solicita esta isenção.

IV. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

1. TEMPESTIVIDADE DA RECLAMAÇÃO GRACIOSA

Estipula o artigo 16.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, sob a epígrafe “**Garantias**”:

- 1 - Os sujeitos passivos das taxas para as autarquias locais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.*
- 2 - A reclamação é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.*
- 3 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.*
- 4 - Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município ou da junta de freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.*
- 5 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.*

Igual alcance tem o previsto no artigo H-1/34.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), que dispõe sobre “Garantias fiscais”.

Uma vez que o artigo 2.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais estabelece:

Legislação subsidiária

De acordo com a natureza das matérias, às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais aplicam-se, sucessivamente:

- a) A Lei das Finanças Locais;*
- b) A lei geral tributária;*
- c) A lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;*
- d) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;*
- e) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;*
- f) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;*
- g) O Código do Procedimento Administrativo.*

Concluimos que **o prazo tem de ser contado segundo as regras da legislação fiscal.**

No procedimento tributário, os prazos são contínuos e contam-se nos termos do artigo 279.º do Código Civil – Cfr. artigo 57.º n.º 3 da Lei Geral Tributária (LGT).

Os prazos do procedimento tributário e interposição da impugnação judicial contam-se de modo contínuo e nos termos do artigo 279.º do Código Civil, transferindo-se o seu termo,

quando os prazos terminarem em dia em que os serviços ou os tribunais estiverem encerrados, para o primeiro dia útil seguinte (artigo 20.º, n.º 1 do Código de Procedimento e Processo Tributário).

Neste sentido, estabelecendo o n.º 2 do citado preceito um prazo de 30 dias para reclamação e tendo a notificação da liquidação sido realizada à entidade interessada em 02/06/2025 (Cfr. Comprovativo de receção no balcão eletrónico 2025-S-RE-29507) e a reclamação apresentada em 06/06/2025 (Cfr. Requerimento n.º 2025-E-RE-12790), teremos necessariamente de concluir pela **tempestividade da reclamação graciosa**.

2. ANÁLISE DO MÉRITO DAS QUESTÕES LEVANTADAS

Primeiramente, sendo certo que a presente reclamação tem como âmbito um pedido de isenção de taxas municipais, destaca-se o entendimento vertido no parecer jurídico prestado por esta DAAJ no dia 08/11/2023 (Cfr. I/98871/2023):

«Principiamos por esclarecer que as isenções tributárias só podem ser concedidas se houver enquadramento legal expreso para tal, tendo em consideração o carácter extraordinário que as reveste.

Assim, no Município de Braga, as disposições relativas às isenções e reduções de taxas, estão previstas no Código Regulamentar do Município de Braga (adiante CRMB), nos artigos H-1/15.º e seguintes, versando, em particular, o artigo H-1/17.º sobre a admissibilidade de isenções relativas a operações urbanísticas no Centro Histórico e outras.

Com efeito, no que para o presente caso releva, dispõe o artigo H-1/17.º do CRMB que:

1 - No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

(...)

iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise,

não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor. (sublinhado nosso).

Efetivamente, é de um benefício que aqui se trata, sendo que, nos termos do disposto no artigo 2.º n.º 1 do Estatuto dos Benefícios Fiscais *“Consideram-se benefícios fiscais as medidas de carácter excecional instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impendem”*, definindo-se no n.º 2 do mesmo artigo que são benefícios fiscais, nomeadamente, as isenções e as reduções de taxas.

Mais, determina o artigo 6.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais que a *“Definição dos pressupostos objetivos e subjetivos dos benefícios fiscais deve ser feita em termos genéricos, e tendo em vista a tutela de interesses públicos relevantes, só se admitindo benefícios de natureza individual por razões excecionais, devidamente justificadas no diploma que os instituir”*. Relevando, ainda, o disposto no artigo 30.º n.º 2 da LGT, nos termos do qual *“O crédito tributário é indisponível, só podendo fixar-se condições para a sua redução ou extinção com respeito pelo princípio da igualdade e da legalidade tributária”*.

Referindo-se, igualmente, na jurisprudência mais recente que *“Os benefícios fiscais “são desagregamentos fiscais que introduzem exceções à incidência tributária e que prosseguem finalidades não fiscais (extrafiscais)”, ou seja, a “situação da vida recairia nas normas de incidência, mas estas são afastadas devido a uma lei que introduz um regime mais benéfico” (cf. DOURADO, Ana Paula - Direito fiscal. Lições. 6.ª edição. Coimbra: Almedina, 2021, p. 90). Ora, constituindo “exceções às normas de incidência, os benefícios fiscais violam o princípio da igualdade”, pelo que “têm de ser justificados por princípios que se sobreponham à igualdade” (idem, ibidem).”¹*

Pelo que, face ao carácter extraordinário que reveste as isenções tributárias, estas só podem ser efetivamente concedidas se houver cabimento legal para tal.»

Ora vejamos, agora, a situação do caso em concreto, relativamente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes ao Alvará de licença de OVP N.º 2025-0114 (Cfr. Requerimento n.º 2025-E-RE-4664 de 26/02/2025):

Desde já, importa clarificar que este segundo Alvará de licença de OVP n.º 2025-0114, pelo período de dezoito (18) meses, está associado ao Alvará de licença de reconstrução n.º 600/2023, com validade de dezoito (18) meses, o qual esteve também subjacente ao primeiro Alvará de licença de OVP n.º 103/2024, com validade de um (1)

1 Vide Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11/07/2023, Processo n.º 3702/20.1T8VCT.G1.S1.

mês.

Neste sentido, tal como aferido pelo Chefe de Divisão do Controlo da Receita (*Vide* informação n.º 2025-5959 de 13/03/2025), uma vez que a referida licença de OVP n.º 2025-0114 tem por base a mesma operação urbanística (devidamente titulada pelo Alvará de licença de reconstrução n.º 600/2023), somos do entendimento que estaremos na presença de uma renovação/prorrogação do prazo da primeira licença de OVP (n.º 103/2024).

Com efeito, a isenção prevista no artigo H-1/17.º, n.º 1, alínea iii) do CRMB só poderá ser «concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.»

Contudo, *in casu*, julga-se que o presente pedido de isenção não cumpre os requisitos estabelecidos na alínea iii), do n.º 1, do artigo H-1/17 do CRMB, pois, não estamos diante a aprovação inicial do pedido de ocupação da via pública², mas sim no âmbito de uma prorrogação do prazo do pedido de OVP.

Do mesmo modo já tinha deliberado o Executivo Municipal, em reunião ordinária realizada em 28/03/2025, da qual resultou o indeferimento do pedido de isenção em questão pelo incumprimento dos requisitos previstos no artigo H-1/17.º, n.º 1, alínea iii) do CRMB.

Portanto, afigura-se-nos que não restará outra opção à entidade reclamante que não seja a de proceder ao pagamento das taxas municipais relativas à emissão do Alvará de licença de OVP n.º 2025-0114, no valor de €7.737,21 (sete mil setecentos e trinta e sete euros e vinte e um cêntimos) – *Vide* fatura n.º 25.017/1282.

V. CONCLUSÃO

Nestes termos, face às razões de facto e de direito melhor expendidas acima, somos de parecer que os argumentos vertidos na reclamação graciosa apresentada pela entidade Distância Equivalente, Lda. não poderão colher provimento, devendo,

² A aprovação inicial do pedido ocorreu no âmbito da emissão do Alvará de Ocupação de Via Pública n.º 103/2024 – Processo n.º 10/2024/762 via gestão documental (SPO).

s.m.o., ser indeferida a presente reclamação.

Portanto, uma vez praticado pela Câmara Municipal de Braga o ato de indeferimento do pedido de isenção do pagamento de taxas municipais de ocupação da via pública, propõe-se que a reclamação apresentada pela entidade Distância Equivalente, Lda. seja submetida a deliberação do Executivo Municipal, no intuito de ser deliberado o seu indeferimento, ao abrigo dos artigos H-1/17.º, n.º 1, alínea iii) e H-1/18.º, n.º 1 do CRMB, conjugado com o artigo H-1/34.º, n.º 2, do mesmo diploma legal.

Este é, s.m.o., o parecer que se oferece.

Técnico(a) Jurista

Ana Sofia Lopes Soares

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE